

Reportagem Especial

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Justiça retira de casa 842 menores no Estado

No Estado, 842 crianças e adolescentes foram retirados de casa após serem vítimas de crimes como estupro de vulnerável e maus-tratos, entre outros. Os dados são do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), referentes ao atual número de menores que moram em abrigos.

A titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Serra, juíza Gladys Henriques Pinheiro, explicou que o encaminhamento da criança para o abrigo é uma medida excepcional e de proteção.

“A criança é retirada normalmente quando o abusador mora na casa onde ela está. Nesses casos, a criança precisa ser retirada desse ambiente”, contou a juíza.

A magistrada acrescentou que o Conselho Tutelar, antes do acolhimento a um abrigo, busca entre os familiares quem poderia ficar com a criança.

“São analisados vários aspectos, tanto o de afetividade quanto a disponibilidade de ficar com a

criança. Mas há casos em que ninguém quer ficar com o menor”.

As crianças são encaminhadas para abrigos que ficam perto do bairro de origem da família. A Justiça tem seis meses para decidir se a criança volta para a família ou se será colocada para adoção.

“Enquanto isso, a família também recebe atendimento psicossocial, pois a intenção maior é que essa criança volte para a família”.

A magistrada afirmou que a maioria dos autores desses crimes são os padrastos. “Mas há casos também de pais biológicos, inclusive um em que sete filhos foram

“A criança é retirada normalmente quando o abusador mora na casa onde ela está. Precisa ser retirada”

Gladys Henriques Pinheiro, juíza

destituídos da família em função de abusos, carícias que o pai fazia nas crianças”.

Na última semana, a reportagem de **A Tribuna** visitou dois abrigos na Serra de adolescentes e crianças, em que 37,5% das internas foram para o abrigo após serem abusadas dentro do núcleo familiar, que inclui padrasto e pai. E nenhum dos acusados desses crimes estava preso.

E mesmo entre esses casos, que correm em sigilo judicial, há histórias de superação, como de uma adolescente de 13 anos.

Sorridente e cheia de sonhos, a adolescente que voltou ao abrigo três vezes contou que sonha em ser juíza.

“Quero ser juíza, pois juíza cuida de vários casos. Aprendi em um curso aqui no abrigo sobre postura dentro de uma empresa. O que vestir, higiene pessoal. Meu maior medo é ficar sozinha. Quero ser adotada, mas a pessoa tem de saber educar”, contou a garota.

Juíza Gladys Pinheiro: “Há casos em que ninguém quer ficar com o menor”



DELEGACIA funciona somente das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira

Atendimento 24 horas

Enquanto novos casos de abuso são investigados na Grande Vitória, o Fórum Araceli, grupo de discussão de enfrentamento à violência sexual contra menores, solicita que a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) funcione 24 horas por dia.

O integrante da Comissão Gestora do Fórum Araceli Bruno Zambon explicou que uma moção de protesto foi entregue à Secretaria de Estado da Segurança (Sesp) em 18 de maio deste ano com este pedido. A ideia surgiu durante um seminário ocorrido em 2015.

“Essa proposta é para melhorar o atendimento a essas vítimas de um tipo de violência que não tem hora para acontecer”.

Atualmente, a DPCA funciona das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, no bairro Cruzamento, em Vitória. Sobre o pedido, a Polícia Civil informou, em nota, que a solicitação está em fase de avaliação. “Até o momento, não temos nenhuma decisão para passar”.

Outra proposta pleiteada pelo

fórum e entregue ao Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) foi a criação de uma Vara Especializada em Crimes de Violência Contra a Criança.

Patrícia Hulle, que integra o fórum batizado com o nome da menina que sofreu abusos sexuais e foi assassinada aos 8 anos em 18 de maio de 1973, em Vitória, contou que a iniciativa ajudaria a agilizar os processos desse teor.

“Há casos atualmente em que, após sofrer abusos dentro de casa, a criança é tirada do local ou vai para a casa de outro parente. Enquanto o agressor permanece dentro da residência. Logo, a criança que acaba punida”, avaliou.

Já o TJ-ES respondeu, em nota, que a proposta de criação dessa vara foi recebida há dois meses pela Coordenadoria da Infância e da Juventude, que encampou o pedido e o encaminhou para análise da Assessoria da Presidência.

“A solicitação está em fase de avaliação, sem definição por parte do Poder Judiciário Estadual”.

CASOS



Pastor é denunciado

Por influência de uma amiga, uma adolescente de 17 anos tomou coragem para denunciar os abusos do pai, um pastor de 37 anos, à polícia. Ela era abusada desde os 14 anos.

O acusado disse que passava a mão nas partes íntimas da adolescente para verificar se ela ainda era virgem. Há um ano, teve conjunção carnal, segundo a polícia. O pastor foi preso em 29 de janeiro de 2016. A vítima disse que o pai a mandava tomar um chá para não engravidar.



Preso por omissão

Doze dias após a prisão do marido, um lavrador de 41 anos, uma vendedora, 50, foi presa no último dia 6, acusada de omissão em um caso de estupro de vulnerável.

Ela é tia da garota de 13 anos, que tem necessidades especiais, e tem sua guarda. E, segundo a polícia, a acusada teria flagrado o lavrador abusando da vítima, mas não fez nada. O caso foi em Vila Velha.

O titular da DPCA, delegado Lorenzo Pazolini, contou que essa foi a quarta mãe a ser presa por omissão neste ano. “Elas respondem pelo mesmo crime de quem fez o abuso”.



Menina em coma

As declarações são fortes e vieram de uma menina de 5 anos. “Ele beija lá embaixo e mijá em mim”. A polícia ouviu o depoimento da criança, pois a irmã, de 8, estava em coma após sofrer fortes agressões.

A menina confirmou que tanto ela quanto a irmã passavam por atos libidinosos. O padrasto das meninas, o pedreiro de 46 anos, foi preso por tortura e abuso sexual no último dia 20, em Cariacica. Já a mãe das vítimas, de 30, foi presa por omissão.

ANÁLISE

“É necessário que se quebre a cultura do silêncio”

A pedofilia é um transtorno sexual e é preciso que a pessoa se trate para que a patologia não se transforme em mal contra o outro. Afinal, a criança não tem responsabilidade nenhuma do que fazem com ela.

Para a criança que passou por abuso, ela também tem de fazer tratamento psicológico, pois é uma experiência altamente invasiva. E a vítima

começa a ter mudanças bruscas de comportamento, como não dormir, não se alimentar bem, ficar agressiva ou adocicada.

A educação sexual começa dentro de casa. Os responsáveis têm de instruir que pode mexer no cabelo, cotovelo, braço, mas que nas partes íntimas, não. E é preciso ficar atento para ver se a criança não está

com feridas diferentes que possam indicar um abuso.

Às mães, é necessário que se quebre a cultura do silêncio. Muitas vezes as mães fingem ou até negligenciam as queixas dos filhos com relação ao parceiro por uma dependência amorosa ou financeira. Crime de pedofilia deve ser levado à polícia e a omissão também.

Gina Strozzi, doutora em Psicologia e esp. em Sexualidade Humana pela USP



Reportagem Especial

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Pais e padrastos acusados de estupro de filhos

Cem homens já foram denunciados este ano por abuso sexual de crianças e adolescentes na Grande Vitória

Tais de Hollanda

Os dados chocam: de janeiro a junho deste ano, 100 pais e padrastos foram acusados de estupro contra seus filhos na Grande Vitória, segundo a Polícia Civil. O crime é praticado contra crianças e adolescentes. Isso equivale a uma acusação a cada dois dias, em média.

O levantamento, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), leva em consideração o número de inquéritos policiais instaurados.

Titular da DPCA, o delegado Lorenzo Pazolini afirmou que o número de acusados teve um aumento de 10% em relação a 2015.

“Infelizmente, a maioria desses crimes é praticada por pais e companheiros das mães, que no geral são queridos no trabalho e entre os amigos. Acima de qualquer suspeita”, ponderou.

Nos primeiros seis meses deste ano, foram registrados 150 ocorrências desse gênero. Casos que ainda estão sob investigação.

O delegado contou que está concluindo um inquérito em que um encarregado de limpeza, de 39 anos, é acusado de estupro de vulnerável contra a enteada, de 8



DELEGADO Pazolini diz que número de acusados aumentou em relação a 2015. Tem que denunciar, salienta ele

anos. O caso ocorreu na Serra.

A menina contraiu Papiloma Vírus Humano (HPV), uma doença sexualmente transmissível.

Os abusos teriam acontecido quando a mãe, uma copeira, 37, estava de escala à noite. “Foi preciso dois depoimentos para que a menina contasse a verdade, de tanto medo que ela tinha do acusado”.

No cenário nacional, um caso

que se destacou foi a prisão do pastor Felipe Heiderich, no último dia 5, no Rio de Janeiro. Ele é acusado de abusar do enteado, 5 anos, filho da pastora Bianca Toledo.

A psicoterapeuta infantil e perita da 5ª e 8ª Varas Cíveis Criminais do Estado, Cláudia Calil, contou que os abusadores não enxergam suas atitudes como erros.

“Eles realmente acham que a

criança está ‘dando mole’, a visão é totalmente deturpada. E a criança, por outro lado, manifesta comportamentos como o de fazer xixi na cama ou ficar agressiva em certos momentos”, pontuou.

Cláudia e Pazolini frisaram a importância de denunciar os crimes de abuso e estupro de vulnerável à DPCA, nos Conselhos Tutelares do bairro, ou no Disque-100.

Mães demoram a denunciar e atrapalham investigações

Além da demora da criança para revelar à mãe o abuso, após a confissão muitas mulheres têm dificuldade em denunciar o caso à polícia, como explicou o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini.

Ele afirmou que o estupro de vulnerável é um crime de difícil comprovação, já que nem todo ato libidinoso produz ferimentos.

“Por conta disso, nem mesmo as mães conseguem acreditar em alguns casos. Elas ficam cegas”.

O delegado afirmou que nos casos em que trabalha, se apoia em relatórios psicológicos durante acompanhamento da criança, testemunhas, e no que a criança fala.

“Uma criança abusada tem mudanças de comportamento e consegue relatar o estupro com detalhes que uma criança que não passou por isso não faria”.

A escritora da DPCA Carolina Sardinha contou que em um dos casos que atendeu, a vítima, uma menina de 12 anos, gravou o abuso. Ela ficava em casa assistindo TV e ele chegava e fazia sexo oral nela à força. Ela filmou e entregou as imagens a polícia.

“No vídeo, aparece o fundo do desenho animado e ela falando: ‘Acaba logo com isso’, sofrendo. Ele não desconfiou que ela estava filmando. E negou o ato até mostrarmos a gravação para ele”, contou a escritora.

“Uma criança abusada consegue relatar o estupro com detalhes que uma criança não faria”

Lorenzo Pazolini, delegado da DPCA

Raio x dos acusados

Padrastos lideram

25 a 40 anos

ESTA É A FAIXA ETÁRIA MAIS COMUM ENTRE OS ACUSADOS

DOS 100 ACUSADOS

80% deles são companheiros da mãe da vítima, de padrastos a namorados.

70% têm filhos que não moram no mesmo local onde o acusado formou a nova família.

De 20% a 30% desses acusados moram com os filhos junto na casa da nova família.

E MAIS....

> SÃO HOMENS BEM VISTOS e até queridos pela comunidade, no ambiente de trabalho e em casa. Costumam tratar bem a vítima e até dar presentes para ela.

> AO SEREM INTERROGADOS, muitos costumam dizer que não seriam capazes de cometer esse tipo de crime, pois também são

pais.

> APESAR DE A MAIORIA NEGAR o crime, entre outras motivações apontadas é comum os acusados alegarem que sentiram atração pelas vítimas após elas se insinuarem, e há quem argumente que não costumam mais ter relações sexuais com a mulher.



Bonecos para ajudar em relatos

Entre as salas com escritvãs e investigadores, na sala de atendimento psicossocial da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), os brinquedos se multiplicam. E já houve casos em que crianças vítimas denunciaram o abuso usando bonecos.

“Uma criança brincava com uma boneca e no meio da conversa ela passou a mão no corpo da boneca todo para dizer como o pai dela ‘fazia carinho’ nela e na irmã, também criança. E era de uma maneira maliciosa”, contou a psicóloga Marcella Coutinho Rohr.

Ela trabalha junto com a assistente social Mariana Dezan Garcia. Juntas, elas buscam entender o contexto em que a criança vive.

“Perguntamos quem mora com ela, de quem ela gosta, de quem não gosta. É um bate-papo, pois nosso papel não é que a criança faça uma confissão do abuso que viveu e, sim, conhecê-la”, afirmou Mariana.



A PSICÓLOGA Marcella e a assistente social Mariana usam de muita delicadeza para conversar com as crianças vítimas de estupro

Durante o atendimento, as crianças brincam com carrinhos e ursinhos que estão no local e também costumam fazer desenhos.

“Fazemos relatórios ao final dos atendimentos. O que é complicado para a criança é que às vezes a violência não machuca. E a criança acaba se culpando por isso”, contou Marcella.

Já a escritora da DPCA Carolina Sardinha é uma das que ficam com

o papel de conversar com o menor sobre o abuso.

“É um trabalho delicado e evito fazer perguntas diretas para não induzir respostas. Vou perguntando quem mora na casa dela, se alguém já fez algo que ela não gostou. E percebemos pela riqueza de detalhes que a declaração é verdadeira, já que crianças normalmente não têm contato com sexo”, ponderou Carolina.